

DELEGADOS SINDICAIS

10 Jan
11/4/78

E COMISSÕES DE TRABALHADORES

DISCUTEM

A «DEFESA DA DEMOCRACIA»

Delegados sindicais e comissões de trabalhadores do distrito de Lisboa reuniram-se ontem, por iniciativa da União dos Sindicatos de Lisboa, sindicatos dos Cerâmicos, Construção Civil, Químicos, Metalúrgicos, Rodoviários e Vidreiros, secretariados provisórios das empresas em autogestão e pró-Conselho Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil e Comissão Coordenadora do Grupo Cuf, com o intuito de conseguir «o reforço da unidade e organização dos trabalhadores e a defesa das liberdades e da democracia».

Na sessão de abertura foi explicado como decorreriam os trabalhos do encontro, tendo um trabalhador metalúrgico sublinhado, em certo passo da sua comunicação, que «cada vez é mais notória a ofensiva das forças reaccionárias e fascistas contra as conquistas do nosso povo. Mas, ainda maior, mais firme e decidida, é a determinação das massas trabalhadoras

de se lhe oporem, em defender as liberdades e a democracia».

Também foi repudiada a onda de violência que alastra pelo País, tendo sido guardado um minuto de silêncio pelas mortes do padre Maximino, candidato da U.D.P., e da jovem militante daquele partido, para depois, outro orador se referir aos saneamentos, à alta de preços e chamar a atenção para a necessidade de defender a Constituição que, disse, representa uma conquista histórica do nosso povo».

Os participantes no encontro dividiram-se por três secções para debater e deliberar sobre «a organização na empresa e a organização regional»; «a organização por ramo de actividade» e «a recuperação capitalista».

Ao começo da noite foram lidas as conclusões do encontro nas diferentes secções, nas quais se apontam objectivos e determinações acerca dos três pontos assinalados.

Criado um fundo de apoio à Reforma Agrária

BEJA — Com uma concentração-comício concluiu-se, ontem, a jornada de apoio à Reforma Agrária, que a Intersindical Nacional levou a efeito este fim-de-semana em Beja, e a cujo plenário estiveram presentes cerca de um milhar de representantes de sindicatos de todo o País e de comissões de trabalhadores de unidades colectivas de produção agrícola do Alentejo, além de uma delegação da Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária (C. R. A. R. A.).

O programa incluiu, além do referido plenário para análise e debate do processo da Reforma Agrária no Alentejo, visitas às cooperativas agrícolas «Sol Nascente» (Aldeia Nova de S. Bento), «26 de Janeiro» (Vidigueira), «1918» (Vale de Santiago, Odemira) e «Freguesia de Unidade» (Ervidel), e um serão recreativo-cultural numa herdade de Pedrógão do Alentejo.

Entretanto, no sábado, cerca de mil trabalhadores, representantes de sindicatos filiados e não filiados na central sindical única do País e comissões de trabalhadores de unidades colectivas de produção agrícola dos distritos do Alentejo, reuniram-se nas instalações do pavilhão gimnodesportivo, tendo-se registado numerosas intervenções sobre o tema em debate.

A actuação do Governo, nomeadamente os ministros da Agricultura e do Comércio Interno, foi alvo de acerbas críticas por parte de grande numero de intervenientes, que não pouparam «as acções reaccionárias dos agrários» e o papel nocivo dos intermediários que no entender dos trabalhadores são «juntamente com as forças reaccionárias no Poder», os grandes entraves para a concretização do projecto socialista de dar a terra a quem efectivamente a trabalha.

As conclusões da jornada, aprovadas pelos manifestantes, exigem o cumprimento integral e aplicação imediata dos diplomas fundamentais da reforma agrária, nomeadamente a regulamentação do trabalho rural; as leis contra a sabotagem económica; leis de expropriação de terras e meios de produção; leis de arrendamento rural; leis de extinção de foros; e lei dos baldios.

O documento refere ainda outras medidas essenciais ao avanço do processo, como seja créditos, impostos, comercialização, contabilidade e previdência rural, e exige o respeito integral pelos princípios basilares da Constituição. Por outro lado, foi criado o Fundo de Apoio à Reforma Agrária (F. A. R. A.), cujo objectivo central consiste em prestar todo o apoio financeiro possível aos trabalhadores dos campos em luta pela concretização do programa da Reforma Agrária.

A esta concentração estiveram presentes delegações de trabalhadores de vários pontos do País, nomeadamente dos distritos do Norte.

Incidentes

No decorrer da concentração-comício gerou-se, a determinada altura, um incidente entre um grupo de manifestantes e alguns militantes da L. C. I. que, no meio da assistência, distribuía propaganda do seu partido, cujos termos foram tidos como provocatórios

No hospital distrital desta cidade receberam tratamento dois elementos da L. C. I., que são: Anibal Guerreiro de Sousa, de 30 anos, solteiro, empregado de escritório, residente no Pinhal Novo, e Alfredo Manuel Baptista Franco, de 24 anos, solteiro, médico, natural de Lisboa. Após tratados regressaram a suas casas.

Beja 12/4/76

1.º de Maio no Porto

**Festa Nacional
será de unidade
dos Trabalhadores**

Trinta e oito sindicatos reuniram na sede da União de Sindicatos do Porto, no passado dia 8, para organização da Festa Nacional de Unidade dos Trabalhadores a realizar no 1.º de Maio.

Naquela reunião foi claramente assente a necessidade de os sindicatos defenderem a unidade dos trabalhadores, independentemente de filiações políticas, sob a égide a U.S.P./Intersindical. Aprovadas diversas palavras de ordem e considerada a intenção de o 1.º de Maio ser uma jornada de luta e de unidade, foi constituída uma comissão organizadora e outra executiva, cabendo a esta a elaboração do programa que deve obedecer ao seguinte esquema: manhã desportiva, tarde com concentração e comício e noite cultural e recreativa.

Capital 12/4/76

DEFESA E AVANÇO MOVIMENTAM FIM-DE-SEMANA

MILHARES de trabalhadores agrícolas alentejanos e outros vindos do Norte participaram este fim-de-semana numa jornada de luta pela defesa da reforma agrária, promovida pela Intersindical e pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja. A iniciativa em causa, principiada na passada sexta-feira com um plenário em que tomaram parte mais de mil delegados de todo o País, prolongou-se por todo o dia de sábado com visitas a unidades de produção agrícola e serão na Herdade do Peso, em Pedrógão do Alentejo, vindo a encerrar-se, ontem à tarde, com uma concentração-comício, em Beja, no decorrer da qual foram aprovadas por aclamação



Feijoada e ensopado bem regados ajudaram a alegrar a festa e a estabelecer o convívio entre visitantes e visitados

as importantes conclusões saídas do plenário de sexta-feira. De entre estas, avultam as referentes a uma grande campanha nacional de apoio à reforma agrária, ao crédito agrícola, à comercialização dos produtos e contabilidade das unidades de produção, à previdência rural e à Constituição da República Portuguesa.

No sábado, os trabalhadores começaram por concentrar-se no Jardim do Bacalhau, em Beja, dali seguindo de autocarro para uma das seguintes quatro unidades de produção agrícola: Freguesia da Unidade, Ervidel, 26 de Janeiro, Vidigueira, 1918, Vale de Santiago, e Sol Nascente, Aldeia Nova de São Bento.

A nossa equipa de reportagem optou por acompanhar o grupo de cerca de duas centenas de visitantes — na sua maioria do Norte — que se dirigiu para a unidade Sol Nascente. Aqui chegados, cada qual procurou informar-se do que é e

como funciona uma unidade de produção agrícola. Alguns dos visitantes, munidos dos seus blocos de apontamentos, anotaram as explicações dos trabalhadores, ficando a saber que a unidade Sol Nascente abrange mais de 4 mil hectares no conjunto das oito propriedades que a integram. Trezentos homens efectivos, auferindo 5400\$00 mensais, e outras tantas mulheres para os trabalhos eventuais, garantem o amanhã das terras e o cuidado de mais de mil cabeças de gado, cumprindo um horário de oito horas diárias.

A unidade é dirigida por uma comissão integrada de oito elementos (um de cada uma das oito herdades), que se reúnem duas vezes por semana. No contacto havido com eles, apercebemo-nos da sua forte determinação em defender as posições alcançadas ao longo dos meses subsequentes ao 25 de Abril de 1974. «Parar é que não, pois se a reforma agrária não avançar, também o processo revolucionário não dá um passo», disse-nos um dos trabalhadores. E outro, depois de criticar as alterações introduzidas nos responsáveis pelos Centros Regionais de Reforma Agrária: «Podem tentar o que

DA REFORMA AGRÁRIA NO ALENTEJO

Capital 12/4/76

quiserem que não nos vergamos à vontade deles.» Um terceiro: «Agora trabalhamos mais e com mais gosto, e não olhamos às horas. Acusam-nos de ter roubado as terras? É absolutamente falso. Apenas foi cumprida a lei das expropriações, que ainda agora estaria só no papel, como tantas outras, se os trabalhadores não tomassem a iniciativa de a pôr em execução.»

A curiosidade dos visitantes foi sendo satisfeita até à hora do almoço, que decorreu em ambiente familiar e foi motivo para continuar o convívio até então estabelecido. Sentados à volta de mesas formadas por chapas de ferro e grandes ripas de madeira assentes sobre fardos de palha, os comensais banquetearam-se com uma feijoada e um ensopado de borrego, bem regados com vinho branco e tinto. No final, gritaram-se vivas à reforma agrária e à «aliança dos operários e camponeses».

Neste mesmo dia, sábado, decorreu um serão na Herdade do Peso, freguesia de Pedrógão do Alentejo, em que participaram ranchos de cantares alentejanos e o Grupo de Teatro de Campolide, que representou a peça «O Bom Cidadão».

Ao abandonarem o palco, os homens do Rancho Coral do Sindicato de Beja cantavam: «Vamos lá saindo / Por esse mundo novo / Que agora já temos / Para todo o povo.»

Campanha nacional de apoio à reforma agrária

Ontem à tarde, a jornada de luta pela defesa da reforma agrária atingiu o seu ponto mais saliente com a concentração-comício efectuada no Largo das Piscinas, em Beja, na qual participaram alguns milhares de trabalhadores. Aqui se aprovaram, por aclamação, as conclusões do plenário da Intersindical, efectuado dois dias antes, à frente das quais vem o lançamento de uma campanha nacional de apoio à reforma agrária, traduzida, nomeadamente, na criação de um Fundo de Apoio à Reforma Agrária e na organização de jornadas de trabalho voluntário e de áreas de consumo colectivo.

Na mesma proposta, exige-se o cumprimento integral das leis referentes à regulamentação do trabalho, sabotagem económica, expropriação de terras e meios de produção, arrendamento rural, extinção dos foros e baldios, bem como: concessão imediata e em condições mais favoráveis do crédito agrícola; atenuação ou eliminação de todos os impostos que sobrecarregam os trabalhadores do campo; reestruturação dos circuitos comerciais para corrigir os graves processos especulativos dos grandes intermediários parasitas e apoio às iniciativas dos trabalhadores para criar as suas próprias estruturas comerciais de carácter cooperativo; autonomia das unidades colectivas de produção na montagem da sua contabilidade própria; alargamento dos benefícios da previdência social; adopção pelos órgãos de poder das linhas programáticas do M. F. A. e dos textos-programas seguintes: regresso aos seus postos dos quadros que ganharam a confiança dos trabalhadores; medidas drásticas para a eliminação das organizações terroristas C. A. P., E. L. P., M. D. L. P., FLAMA, F. L. A. e quaisquer outras do mesmo tipo formadas ou que se venham a constituir.

Quanto à Constituição Política, exige-se o respeito integral pelos seus princípios basilares, designadamente os que consignam o avanço da reforma agrária e do processo revolucionário em Portugal a caminho do socialismo, o exercício do controlo operário e o exercício pleno dos direitos de associação de classe — sindicatos e associações de pequenos e médios agricultores.

Defender posições até à morte

Durante a concentração-comício, de ontem, usaram da palavra cinco oradores, a espaços interrompidos por palavras de ordem como, «Avante, avante a Reforma Agrária», «Já não há patrões». Em determinado momento, registou-se breve pausa ao gerar-se burburinho provocado por um grupo que perseguia certo indivíduo, a quem valeu, na altura, o cordão formado à sua volta por diversos trabalhadores. Apurou-se, depois, tratar-se de um elemento da L.C.I. que distribuía um comunicado sobre a Reforma Agrária. O panfleto defendia-a, mas num dos parágrafos fazia ataques ao P.C. e ao P.S., o que terá motivado a ira de alguns dos presentes.

O primeiro orador, Valente, em representação da Federação dos Metalúrgicos, começou por um elogio ao povo alentejano, que «resistiu ao fascismo antes do 25 de Abril, e resiste agora às manobras contra a Reforma Agrária». Referiu-se, depois, à «aliança indestrutível» entre operários e camponeses e à «luta entre classes, luta entre explorados e exploradores», concluindo por um apelo ao reforço da defesa da Reforma Agrária — «a conquista maior dos trabalhadores portugueses».

Por seu turno, o porta-voz do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Santarém, Jerónimo Bom, exortou os trabalhadores a darem a maior atenção à unidade entre eles, pois, segundo disse, «a unidade é a arma número um da classe operária». Mais adiante, e após referência ao desenvolvimento da Reforma Agrária no concelho de Coruche, lembrou o acréscimo verificado na área de cultivo, salientando que o facto de existirem terrenos não cultivados «não é da responsabilidade dos trabalhadores, que lutam com imensas dificuldades, sobretudo no respeitante à maquinaria».

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, falou Manuel Godinho, que, tendo-se referido ao processo da Reforma Agrária e às consequências do mesmo (aumento de produção, melhoramento de salários e controlo das herdades pelos trabalhadores) se dirigiu aos grandes agrários como «grandes vampiros que agora se mostram amigos dos pequenos agricultores». Acusou também os C.R.R.A. de estarem a defender os agrários, declarando por outro lado que os camponeses «estão dispostos a defender a Reforma Agrária até à morte, e a nunca mais trabalharem por conta desses malandros».

Finalmente, a antecedente a intervenção do representante da Intersindical, Manuel Godinho, que leu e pôs à aprovação as conclusões do plenário já acima enunciadas, usou da palavra Pereira Nunes, membro da União dos Sindicatos do Porto. Começando por acusar os agrários de tentarem agora dividir os trabalhadores, «por já não poderem dizer que há fome, desemprego, terras por semear ou cabeças de gado a menos», Pereira Nunes aludiu depois à situação no Norte, apontando como passo importante no processo da Reforma Agrária, à criação de sindicatos de trabalhadores agrícolas naquela região. «Os trabalhadores do Norte é que terão de derrotar os agrários do Norte», rematou aquele sindicalista.



Os manifestantes reunidos em Beja apoiaram a reforma agrária e condenaram as atitudes da C. A. P.

Novo caderno reivindicativo para a Reforma Agrária

Milhares de populares estiveram, na tarde de ontem, concentrados na Praça das Piscinas em Beja, no decorrer de um comício convocado pela Intersindical de apoio à Reforma Agrária.

Na ocasião, seria ratificado um documento proposto pelos organizadores que, como aconteceu com o texto presente no plenário da Central Sindical, realizado na passada sexta-feira, constitui um novo "caderno reivindicativo" dos assalariados agrícolas. Entre os pontos mais importantes, para além daqueles que já tinham sido revelados no primeiro dia desta jornada de apoio à Reforma Agrária, salientam-se as exigências de imediata publicação do diploma genérico da regulamentação do trabalho rural e o exacto cumprimento das convenções e portarias, a publicação imediata dos diplomas de expropriação de todos os prédios já sob controlo dos trabalhadores, a rápida ultimização das expropriações dos grandes latifúndios ainda existentes, "dada a urgência de pôr cobro ao saque económico em curso e para resolução apropriada dos problemas de desemprego de assalariados e de instalação de pequenos agricultores", e o protesto contra a revogação recente das leis contra a sabotagem económica. Os manifestantes, na sua generalidade, trabalhadores das unidades colectivas de produção, exigiram ainda que não haja quaisquer indemnizações a agrários absentistas, sabotadores e opressores, e que "toda a indemnização a que haja lugar seja paga exclusivamente pelo Estado e em títulos e não pelos trabalhadores da terra, precisamente os mais explorados dentre todos os trabalhadores". Finalmente, o documento referido salienta alguns princípios consignados na Constituição (avanço da Reforma Agrária e do processo revolucionário em Portugal, a caminho do socialismo, exercício do controlo operário, exercício pleno dos direitos de associação de classe) para considerar que "todos os atentados contra a Reforma Agrária, contra o controlo operário e contra as associações de trabalhadores são infracções das mais graves à Constituição e como tal devem ser punidas com especial severidade".

O comício, que serviu para entrega de um tractor a uma

unidade colectiva de produção, oferecido por trabalhadores de Beja, foi iniciado com a leitura de uma saudação colectiva de seiscentas organizações de vontade popular, reunidas em Lisboa, na Voz do Operário, na qual se repudiavam "todas as provocações das forças de direita e da CAP, organização fascista ao serviço dos grandes agrários e capitalistas" e se prometia a continuação de acções de solidariedade já encetadas com operários agrícolas do Alentejo. "Apoiar a Reforma Agrária é apoiar a Revolução, lutar contra a Reforma Agrária é lutar contra a Revolução" — afirmaria, ao iniciar a sua intervenção, um representante da Federação dos Metalúrgicos, José Balecho. Este daria particular importância à "aliança indestrutível entre os explorados, na luta contra o fascismo e os capitalistas" para defender que "se necessário estaremos do vosso lado para lutar e morrer em vossa defesa". "A luta dos trabalhadores, prosseguiu, é mais larga que a herdade ou a fábrica, a nossa luta é a mesma, em qualquer local, contra os grandes agrários, contra os capitalistas, por isso, apelo a todos os operários, a todos os camponeses, a todos os pescadores, a todos os trabalhadores que defendem a democracia e a liberdade que se batam na defesa da Reforma Agrária, a conquista maior de todos os portugueses".

Jerónimo Bom, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Santarém, começou por fazer um apelo à unidade entre os trabalhadores, "A arma número um da classe operária", para acrescentar que a Reforma Agrária "é feita não só pelos assalariados rurais, como também pelos pequenos e médios agricultores, pelos operários, pelos empregados de escritório, pelos bancários, por todos os explorados deste país". "Temos de estar unidos como os dedos das mãos" — exclamou. O orador passou, seguidamente, a enumerar casos de atropelos às conquistas dos trabalhadores, sobretudo das terras ainda em posse dos grandes agrários, como em Coruche, agradecendo a oportunidade de visitar as unidades colectivas da região, que "estão a desenvolver um bom trabalho".

Manuel Rodrigues, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, fez um paralelo sumário entre a situação anterior e a actual: "Os grandes agrários" — afirmou — "só tinham as herdades para se divertirem, para caçarem, para ganharem algum, enquanto os trabalhadores agrícolas passavam fome. Agora isso já não acontece e aquilo que se publica em muitos jornais reaccionários e se diz na televisão e na rádio é pura mentira. Dizem que os trabalhadores agrícolas roubam os pequenos agricultores, que são tão escuros que não sabem quem está a seu lado. Aqui, em Beja, trabalhadores agrícolas chegaram a ocupar herdades acabando por entregá-las a pequenos agricultores. Estes não se deixam manobrar pelos grandes agrários, não tenhamos dúvidas". E, para concluir, afirmou que "desde o 25 de Abril os trabalhadores agrícolas têm sido a vanguarda de luta neste processo revolucionário, e as unidades colectivas de produção constituem as conquistas mais avançadas dos oprimidos".

Registou-se, ainda, uma breve alocução de Sequeira Nunes, da União dos Sindicatos do Porto, finda a qual Manuel Godinho, do Secretariado da Intersindical, passaria à leitura do documento que já citámos. O comício não acabou, no entanto, sem um pequeno incidente localizado, reduzido nas suas dimensões físicas, mas significativo nos seus aspectos políticos.

Manuel Godinho tinha acabado de declarar "que esta grande jornada unitária constitui um valioso contributo para as conquistas da nossa unidade", sublinhando o "carácter unitário da iniciativa e a não existência de manipulações partidárias", quando dois jovens militantes da LCI foram severamente agredidos por distribuírem panfletos da sua organização, onde se proclamavam, em título, "em defesa da Reforma Agrária". A organização desculpar-se-ia com o aspecto apartidário do comício, como se não estivesse a ser vendido material de propaganda do PCP e não fosse cantado o "Avante, camarada avante".

O serviço de ordem asseguraria a conclusão do comício sem mais incidentes.

PLENÁRIO DA INTER CRIA UM FUNDO DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Luta
12/4/76

A constituição de um fundo de apoio à reforma agrária e a aprovação dos respectivos estatutos foi a principal medida tomada no decorrer do plenário nacional da Intersindical, que decorreu em Beja, com a presença de representantes de 85 sindicatos. Além daquele fundo de apoio — que será dirigido pelos sindicatos agrícolas e que vem coordenar algumas iniciativas já tomadas nesse sentido — o plenário aprovou ainda a organização e activação de jornadas de trabalho voluntário nos campos, e a criação de comissões de solidariedade para com a

reforma agrária em cada local de trabalho.

O plenário da Intersindical criticou, por outro lado, a actuação dos ministros da Agricultura e Pescas e do Comércio Interno, bem como a actuação da Confederação dos Agricultores de Portugal, e exigiu o cumprimento integral e imediato dos diplomas fundamentais da reforma agrária.

Os sindicalistas presentes participaram finalmente numa concentração - comício de apoio à reforma agrária, tendo procedido igualmente à visita de algumas cooperativas agrícolas.

a Luta

Página 8

12. de Abril de 1976

MARCELO CURTO NO PORTO:

Não permitiremos saneamentos de trabalhadores

«É um problema político. De facto, o processo movido aos trabalhadores não tem qualquer fundamento e resulta do facto de este Governo estar cada vez mais dividido e não se fazer respeitar as suas decisões. Neste caso, há concretamente a influência do PPD, representado directamente pelo dr. Carlos Bacelar, advogado da administração e que funciona como elemento catalizador dos interesses contrários às decisões do Governo. O caso neste momento está entregue ao próprio ministro e, na segunda-feira, uma delegação dos trabalhadores irá a Lisboa tratar do assunto» — afirmou aos órgãos de Informação o dr. Marcelo Curto, secretário de Estado do Trabalho, no decorrer da visita de trabalho que efectuou no último sábado ao Porto e referindo-se ao familiar caso dos 17 trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves.

Marcelo Curto, que se deslocou ao Porto para presidir a uma reunião com directores de serviço e delegados do M.T. de todo o País e que viajou acompanhado do subsecretário de Estado, António Maldonado, considerou ainda que, em relação ao caso da «Coronado», as trabalhadoras suspensas terão de ser reintegradas e, na hipótese de tal se não verificar até hoje, a empresa poderá ser encerrada. A propósito, Marcelo Curto diria que o Governo não consentirá «saneamentos à esquerda ou à direita».

Após a reunião, o secretário de Estado do Trabalho deslocou-se às instalações da Ambar, acompanhado de dois administradores da empresa, e prometeu todo o apoio necessário à reconstrução da empresa que considerou muito importante na vida económica nacional.

PREPARAÇÃO DO 1.º DE MAIO NO PORTO

A LÉM de uma festa dos trabalhadores, as comemorações do 1.º de Maio deverão constituir, este ano, «uma jornada de luta e de unidade» — assim o decidiram numerosos sindicatos que, no Porto, se reuniram na sede da União dos Sindicatos do Porto/Intersindical, a fim de prepararem os festejos para aquela data. As comemorações decorrerão, este ano, sob a sigla da Festa Nacional de Unidade dos Trabalhadores, tendo sido convocados para a reunião todos os sindicatos portugueses, independentemente da sua filiação na Intersindical. Para além do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto, estiveram presentes os seguintes sindicatos: Metalúrgicos, Função Pública, Conserveiros, Lanifícios, Têxteis, Vidreiros, Carpinteiros, Comércio, Ajudantes de Despachantes, Panificação e Moagem, Mineiros de Valongo, Gráficos, Telecomunicações, Telefonistas Escritórios, Cartonageiros, Paramédicos, Profissionais de Farmácia, Marinha Mercante, Hoteleiros, Tapeteiros, Professores (observadores), Serviço Doméstico, Pedreiros, Estucadores, Indústria de Madeiras, Ourives, Técnicos de Venda, Maquinistas e Motoristas Marítimos, Bancários, Engenheiros Técnicos, Ferroviários, Seguros, Electricistas,

Cobreadores, Rodoviários, Espectáculos, Vestuário e, como convidado, o INATEL.

Foram as seguintes as palavras de ordem aprovadas pelas 29 organizações sindicais presentes: «Defesa das nacionalizações», «Defesa da reforma agrária», «Defesa do controlo operário», «Defesa das liberdades sindicais», «Contra o aumento do custo de vida», «Contra a recuperação capitalista», «Contra o terrorismo», «Por medidas imediatas contra o desemprego».

Foi ainda constituída uma comissão organizadora do 1.º de Maio, formada por: U.S.P.-Inter-

sindical e pelos sindicatos presentes (à excepção de um sindicato) e ainda por todos aqueles sindicatos que venham a aderir a estas comemorações. Com vista a desenvolver-se um trabalho mais eficiente, foi nomeada uma comissão executiva composta por: U.S.P.-Intersindical e pelos Sindicatos dos Carpinteiros, Vestuário, Gráficos, Hoteleiros, Metalúrgicos Comércio, Electricistas, Têxteis, Escritórios, Telecomunicações e Espectáculos, e ainda com a participação do I.N.A.T.E.L.

Opitel - 12/4/76

CONTESTADA CENTRALIZAÇÃO DOS DINHEIROS DA PREVIDÊNCIA *Picnic 13/4/76*

Reunidos ontem nas instalações das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, os representantes dos trabalhadores de empresas com Caixa de Previdência própria e que integram a comissão de luta contra as disposições contidas no decreto 784/75 de 31 de Dezembro, deliberaram marcar para o próximo dia 27, um plenário para debate da situação e pedir uma audiência ao ministro dos Assuntos Sociais, «o mais tardar até dia 20».

O texto do decreto 784/75 estabelece a centralização dos dinheiros da Previdência na Caixa Nacional de Pensões. É contra essa norma que se insurgem os trabalhadores representados na comissão de luta. «Queremos que fique bem assente que não nos opomos à centralização dos dinheiros por beneficiarmos de Caixas de Previdência privadas. Desejamos que todos os trabalhadores beneficiem de uma Previdência capaz, mas achamos que a solução agora

apresentada não resolve o problema. Não estão criadas condições para que essa solução funcione — revelou-nos um elemento da comissão de trabalhadores da CRGE. O mesmo trabalhador esclareceu que numa proposta apresentada ao Ministério dos Assuntos Sociais no passado dia 23 de Março, a comissão de luta considera como necessária para que a integração se faça em condições, a criação de um Serviço Nacional de Saúde devidamente estruturado. «Sem que isso aconteça os outros trabalhadores não ficam mais bem servidos e nós corremos o risco de piorar a situação actual», acrescentou o elemento da CRGE. Na proposta apresentada ao MAS, a comissão de luta preconiza, como medida transitória, a entrega, na Caixa Nacional de Pensões, dos dinheiros excedentes do funcionamento das Caixas das empresas que discordam do decreto. O Governo contrapôs a entrega das verbas à Caixa Nacional de Pensões e sua redistribuição

para serviço das Caixas privadas.

Na reunião de ontem, fizeram-se representar 19 empresas, nomeadamente os Cimentos Tejo, empresas de cimentos de Leiria, a CRGE, Soda Póvoa, TLP, CEL-CAT e sete empresas do Grupo Previdente.

O 1.º DE MAIO DA INTERSINDICAL NO PORTO

A Comissão Organizadora das Comemorações do 1.º de Maio no Porto, emitiu um comunicado em que dá conta da sua constituição e dos objectivos da celebração do Dia Internacional do Trabalhador.

Nos termos do comunicado, a comissão foi formada no passado dia 8 durante uma reunião para que haviam sido convidados todos os sindicatos do distrito, independentemente da sua filiação na central sindical, e à qual compareceram 38 incluindo os sindicatos que dois dias antes tinham estado presentes na sede do sindicato dos trabalhadores de escritório, convocados para a organização do 1.º de Maio na pressuposição de que nenhuma outra iniciativa estivesse a ser lançada.

Para além do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto/Intersindical, esteve igualmente presente, como convidada, uma representação do Inatel.

De acordo com o comunicado, a necessidade dos sindicatos defenderem a unidade dos trabalhadores portugueses, foi bem expressa nessa reunião, que aprovou as seguintes palavras de ordem: Defesa das nacionalizações, defesa da Reforma Agrária, defesa do controlo operário, defesa das liberdades sindicais, contra o aumento do custo de vida, contra a recuperação capitalista, contra o terrorismo, por medidas imediatas contra o desemprego.

A Comissão Organizadora do 1.º de Maio ficou constituída pela U. S. P./Intersindical, 37 dos 38 sindicatos presentes e aberta aos sindicatos que ainda venham a aderir à iniciativa.

O projecto do programa do 1.º de Maio, que está a ser elaborado pela comissão executiva, obedece ao seguinte esquema: manhã desportiva, tarde com concentração e comércio e noite cultural e recreativa.

ENCONTRO INTERSINDICAL-C. F. D. T.

Segundo comunica a Intersindical, uma sua delegação, composta por Carlos Carvalho e Carlos Dias (secretários nacionais) e Augusto Silva (do departamento internacional) esteve em França, a convite da Confe-

deração Francesa Democrática do Trabalho (C. F. D. T.), entre os dias 5 e 7 do corrente mês.

Durante a sua permanência em França, as duas delegações (da Inter e da C. F. D. T.) procederam a inúmeras trocas de pontos de vista, que incidiram particularmente sobre a situação sindical francesa nos seus aspectos políticos, económicos e sociais e a situação actual em Portugal, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento do sindicalismo português. Os sindicalistas portugueses e franceses discutiram igualmente os múltiplos problemas dos trabalhadores portugueses que trabalham em França e sobre os problemas sindicais e económicos na Europa, assim como o papel das sociedades multinacionais.

Por outro lado, face aos inúmeros acontecimentos que se desenrolaram em Portugal desde o 25 de Abril de 1974, a C. F. D. T. reiterou à Intersindical a sua solidariedade para com os trabalhadores portugueses em luta pela instauração de uma sociedade livre e democrática e pelo reforço do sindicalismo democrático, de massas e de classe.

A C. F. D. T. salientou, no comunicado conjunto assinado no final das conversações com representantes da Intersindical, que este encontro, inscrevendo-se no quadro dos contactos bilaterais que efectua com as organizações sindicais europeias, constitui um passo mais para a criação de condições para uma acção comum indispensável para a defesa dos trabalhadores dos diferentes países europeus.

Enfim, ambas as organizações afirmaram-se desejosas de reforçar a solidariedade activa e as acções concretas para lutar eficazmente contra a exploração e a dominação das empresas capitalistas multinacionais e nacionais.

EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Os trabalhadores domésticos, filiados no Sindicato Livre de Empregadas Domésticas, reúnem-se em Tomar no 1.º de Maio. No programa consta formação e informação sindical, almoço e confraternização, bailados regionais e jogos.

D. Raposo

13/4/76



P.C.P.(m-l)

**PARTIDO COMUNISTA
DE PORTUGAL (marxista-leninista)**

O QUE É O DIREITO DE TENDÊNCIA NOS SINDICATOS?

*1 Gau
14/4/72*

Defendendo a abolição da Lei Sindical, o P.C.P.(m-l) justifica:

«Os trabalhadores devem ter a possibilidade de decidir, em moldes democráticos, qual a forma de organização sindical que melhor defende os seus interesses. Só assim ela é verdadeiramente representativa. Isto não significa que o P.C.P.(m-l) não continue a lutar, como sempre fez, pela unidade dos trabalhadores e pela unicidade sindical, mas não a unicidade sindical social-fascista.

«A central sindical única existente, a Intersindical, foi imposta aos trabalhadores portugueses pelo decreto gonçalvista do 1.º de Maio de 1975.

«O P.C.P.(m-l) defende a abolição deste decreto e a convocação de um congresso em que participem todos os sindicatos portugueses, filiados ou não na Intersindical, no qual se aprove novo programa e estatutos democráticos.

«Para haver democracia não pode haver actuações fascistas como as dos reaccionários cunhalistas da Intersindical!

«O P.C.P.(m-l) sabe que é o único Partido que luta pelo verdadeiro socialismo, o socialismo científico, mas afirma que é possível, uma central sindical única, trabalhar lado a lado com outros sindicalistas segundo uma plataforma discutida democraticamente num congresso de todos os sindicatos portugueses.

«O P.C.P.(m-l) defende ainda que a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores passa, de imediato, por fazer cumprir aos patrões os contratos já acordados, em especial no Norte do País, onde tem sido letra morta para muitos patrões.

«O P.C.P.(m-l) lutará, nos sindicatos, pela melhoria dos salários mais baixos, pela redução da diferença entre salários.

«O P.C.P.(m-l) lutará contra os despedimentos sem justa causa e pela aplicação de medidas governamentais que reduzam consideravelmente o desemprego e criem novos postos de trabalho.

«No momento actual, os sindicalistas do P.C.P.(m-l) batem-se pelo desenvolvimento de uma ampla frente anti-social-fascistas, unindo-se a todas as forças democráticas, pela conquista da democracia no movimento sindical português.

«Todos os patriotas... em...»

cratas devem lutar nas fábricas, nas empresas, nos sindicatos, lado a lado com o P.C.P.(m-l) pela defesa da independência nacional, da democracia e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores!»

Acusações ao PCP e à Intersindical

*Seu
14/4/72*

Da Liga Comunista Internacionalista, e dirigido à Intersindical, ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e ao Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, recebemos um protesto a propósito de incidentes ocorridos entre militantes daquele partido e do PCP, aquando da Jornada de Apoio à Reforma Agrária, promovida pela Intersindical em Beja.

Diz o documento: «A Liga Comunista Internacionalista sempre tem defendido, de forma inequívoca, a Central Única dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical — e, por mais de um, vez tem dado o seu apoio a jornadas de luta, manifestações e comícios promovidos por aquela Central Sindical. Os sindicalistas da LCI têm estado na primeira linha do combate anticapitalista dos trabalhadores portugueses, têm ombreado com trabalhadores do PC e do PS na luta quotidiana nas fábricas, nos campos e nos sindicatos, na defesa da Reforma Agrária e na aplicação do «contrôle» operário.

«Por isso, estranhámos o ataque selvático perpetrado contra os nossos camaradas Aníbal Guerreiro de Sousa, delegado sindical do Sindicato de Escritórios de Lisboa; Ana Maria Lino Grelo, trabalhadora bancária, do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas; João Manuel Pestana Vantache, operador de transcrição, do Sindicato de Escritórios de Lisboa; Alfredo Frade, médico, candidatos pela LCI à Assembleia da República, ataque efectuado por militantes do PCP durante a Jornada de Apoio à Reforma Agrária promovida pela Intersindical em Beja.»

Mais diante a LCI explica os incidentes:

«Os nossos camaradas não só foram agredidos (dois deles tiveram de receber tratamento hospitalar), como caluniados, perante a passividade de elementos responsáveis da Intersindical e do PCP local, como provocadores e membros da CIA. E tudo porque se limitaram a participar também, distribuindo a sua propaganda na citada Jor-

nada de Apoio à Reforma Agrária. De notar que a LCI, no início do comício, tinha contactado os camaradas sindicalistas responsáveis no sentido de distribuir a sua propaganda de apoio à Reforma Agrária, tendo-se acordado que tal era possível porque «inclusivamente o Partido Comunista o estava já fazendo» (palavra de um dirigente sindical contactado).»

Aquele partido termina protestando e «solicitando tomadas de posição que repudiem, de forma inequívoca, os métodos adoptados contra os seus militantes e candidat-à Assembleia da República e, sobretudo, activistas sindicais».

Delegado do M.T. demite-se e denuncia ministro Tomás Rosa

PORTO, 15 — «O sr. ministro aceita fazer jogo de forças que perseguem os trabalhadores», afirma num telex enviado ao Ministério do Trabalho, o delegado daquele departamento do Porto, dr. Manuel Pires, que ontem pediu a demissão do respectivo cargo.

Sublinhando que «ou o sr. ministro está mal informado, ou então demitiu-se das suas funções mantendo-se na cadeira que ocupa», o ex-delegado, em declarações prestadas esta manhã ao «DL» afirma: «considero que o direito ao trabalho é sagrado e que portanto é necessário fazer cumprir a lei dos despedimentos. Solidarizo-me com todos os trabalhadores saneados seja qual for a sua ideologia. Temos uma Constituição que proíbe os despedimentos sem justa causa e não há nenhum mecanismo que trave os despedimentos. Entendo que as forças policiais ou militares têm de fazer alguma coisa».

Sobre um despacho recente sobre saneamentos, Manuel Pires foi peremptório: «eu protesto contra esse despacho porque cria uma figura jurídica que não existe, que não pode existir, que é o saneado. Enten-

do que temos de matar à nascença essa figura pois de contrário vamos ter despedimentos mais sofisticados do que as actuações nazis».

«No entanto — acrescentou — o sr. ministro está a insistir nessa figura».

Referindo-se aos casos bem conhecidos de trabalhadores saneados, como na «Coronado», salientou: «Trata-se de um jogo de carácter político. Tem por fim correr com os trabalhadores mais activos sejam eles de que cor forem para acabar com os delegados sindicais. Isto tem muita gravidade para o Movimento Sindical português e o ministro tem de ter esta visão».

«A Lei dos Despedimentos tem de ser cumprida e para isso exige-se uma posição firme», disse-nos ainda, considerando depois o caso da Têxtil Manuel Gonçalves, como uma «vergonha e falta de respeito por uma decisão do Conselho de Ministros». Como se sabe, o Governo, apesar de se tratar, neste caso da T.M.G., de uma grave violação de uma decisão do Conselho de Ministros nunca tomou as providências (que

Delegado demite-se

Continuação da pág. 1

noutras circunstâncias não regeateou) que se impunham para fazer regressar ao trabalho os 17 «saneados». Em círculos sindicais julga-se que este pedido de demissão daquele delegado (militante do P.S.), poderá causar outras demissões falando-se mesmo doutros membros do Governo afectos ao P.S.).

Continua na pág. 24

D 2x 15/4/76

J. Novo

17/4/76

Primeiro de Maio já tem programa

As comemorações do "Primeiro de Maio" deste ano, sob organização da Intersindical Nacional, vão procurar constituir "uma jornada de unidade de todos os trabalhadores, de luta pela defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço da democracia rumo à sociedade sem exploradores nem explorados, de propaganda e reforço das estruturas do movimento sindical, de recolha de fundos necessários ao desenvolvimento da acção sindical e, ainda, uma jornada festiva".

Para sustentar essas características unitárias, e ao contrário do que aconteceu nos dois últimos anos, não serão convidadas organizações partidárias para participarem nos vários desfiles,

nem personalidades políticas para intervirem nos comícios. Talvez venha a haver uma pequena ressalva possibilitando a presença de militares, sobretudo do Conselho da Revolução.

O dia de maior significado na história do movimento operário tem o lema de "Festa Nacional de Unidade dos trabalhadores", pelo facto de as suas comemorações abrangerem praticamente todo o país, mais exactamente, 17 capitais de distrito e 13 concelhos, e por nelas estarem presentes a maior parte dos sindicatos, mesmo aqueles que não estão filiados na central sindical, contando, ainda, com o apoio de outros organismos, designadamente o INATEL. Deverão assistir aos actos co-

memorativos, representantes das centrais nacionais de países estrangeiros com os quais a Intersindical mantém relações e, ainda, representantes das três centrais sindicais mundiais.

Elevam-se a mais de duas dezenas as localidades onde as comemorações terão o seu cenário: Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Barreiro, Caldas da Rainha, Castanheira de Pera, Grândola, Marinha Grande, Montemor-o-Novo, Peniche, Portimão, S. João da Madeira, Sines, Torres Novas, Torres Vedras e Vieira de Leiria.

Na capital, o "Primeiro de Maio" é organizado pela União dos Sindicatos de Lisboa, constando de um período de preparação, durante o qual o Grupo de Teatro de Campolide realizará várias sessões com a peça "O grande cidadão" e da festa propriamente dita, com início às 8 horas da manhã. Para além de entradas mais baratas em alguns teatros e cinemas, os trabalhadores lisboetas poderão assistir, na manhã do dia 1, ao desfile de bandas de música, a provas de atletismo, de participação colectiva, e a outras desportivas. À tarde, com concentração na Alameda de D. Afonso Henriques, terá lugar a manifestação, finda a qual, no Estádio 1º de Maio, se realizará um comício e uma sessão de canto livre.

PROPOMOS O ABANDONO DA INTER E A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA CENTRAL SINDICAL DEMOCRÁTICA

— opinião de J. Mendes Fonseca, candidato a deputado pelo P. P. D.

Luta
19/4/72

Entrevista de JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

Proseguimos com o inquerito à linha sindical dos partidos políticos com audiência significativa entre os trabalhadores e expressão à nível sindical. Depois do P. S., ouvimos hoje o P. P. D., através do seu militante João Mendes da Fonseca, ligado aos núcleos socio-profissionais daquele partido e por estes proposto a candidato à Assembleia da República, onde figura com o número 20 do círculo da capital.

Sócio fundador da SEDES, Mendes Fonseca trabalha ao nível sindical na respectiva empresa (Petrogal) e no Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa. Na entrevista que concedeu ao nosso jornal, define a posição do P. P. D. face à controversa Intersindical: «Não propomos uma nova central sindical paralela, mas o abandono da que existe actualmente e a constituição democrática de uma nova.»

«A Luta» — Que pensa o seu partido da democracia nos sindicatos e da sua importância face às organizações paritárias?

J. Mendes Fonseca — A perspectiva do P. P. D. não é a de um predomínio dos partidos sobre os sindicatos, que acaba sempre por levar à colonização destes e se traduz num divisionismo e na manipulação partidária. Na verdade, a influência ideológica e sectária, que normalmente caracteriza a interferência dos partidos nos sindicatos, leva a pluralismo sindical de que toda a gente tem medo mas

os próprios órgãos do poder a combateram. Em muitas empresas e sindicatos, o terrorismo sectário não deixava que muitos trabalhadores se manifestassem. Dai que as correntes sociais-democratas tivessem pouca força nos sindicatos.

A evolução que, entretanto, se verificou, veio dar mais força às correntes sociais-democratas, até porque o clima de pressão diminuiu — e é assim que vemos massas de trabalhadores substanciais a apoiar listas afectas ao P. P. D.

Gostaria ainda de focar o direito de tendência, que o P. P. D. defende, à semelhan-

ça do que acontece com o P. S., e que propusemos na própria Assembleia Constituinte. Contudo, existe uma nuance importante: enquanto nós propusemos que o direito de tendência ficasse consagrado a nível da Constituição, sendo portanto irrecusável em todos os sindicatos e respectivos estatutos, o P. S. e o P. C. P. votaram contra, alegando que tal decisão competia somente aos trabalhadores de cada sindicato. A diferença entre as duas concepções é evidente, uma vez que, deste modo, o direito de tendência só ficará consagrado nos estatutos de um sindicato se as minorias dispuserem da força suficiente para tal, o que é uma contradição. Nós pensamos que o direito de tendência deveria figurar no texto constitucional sem condicionantes porque, possibilitando uma plataforma de entendimento mínima em cada sindicato, garantiria a participação de todos os sindicalistas e seria a forma de obstar ao pluralismo sindical.

Para nós, a liberdade sindical, traduz-se na convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, consagrada na Declaração Universal dos Direitos do Homem e no próprio programa do M. F. A liberdade sindical traduz-se em vários direitos: livre filiação, liberdade de constituição de sindicatos, uniões, federações e confederações, livre filiação em organizações internacionais, livre organização interna e liberdade de acção sindical.

A consulta feita aos trabalhadores sobre a unicidade não foi democrática, foi uma consulta manipulada que na altura desmascarámos. Contudo, encontramos-nos satisfeitos com o que sobre a matéria figura na Constituição e que consagra a liberdade sindical nos termos propostos por nós. Considerámos, por outro lado, como inconstitucionais, os decretos 215-A/75 e 215-B/75 (lei da unicidade e lei sindical), que deverão ser revogados.

Relativamente à Intersindical, consideramo-la sectária e manipulada pelo P. C. P., seguindo, aliás, a linha ideológica já referida. Saida clandestina a que foi obrigada durante o fascismo, ela encontra-se viciada e evada de circuitos paralelos. Não compreendemos como o P. S. diz que se deve tomar e reter (não tenho presente o termo exacto) por dentro a Intersindical e torná-la democrática. Dadas as suas características e nomeadamente os poderes paralelos nela existentes, qualquer direcção que não estiver de acordo com a estrutura interna sofrerá boicotes a diversos níveis.

Não propomos uma nova central sindical paralela, mas sim que todos os sindicatos constituam democraticamente uma nova central sindical, abandonando a que actualmente existe. Propomos, pois, aos sindicatos que deixem e prescindam da Intersindical e venham a constituir uma nova central sindical democrática e nascida da base em termos democráticos.

CO-GESTÃO A TODOS OS NÍVEIS

L. — Qual o papel que atribui às comissões de trabalhadores? Que pensa do controlo da gestão? E da autogestão?

J. M. F. — Defendemos a existência das comissões de trabalhadores e a co-gestão, que deverá ser uma aprendizagem para a autogestão na futura sociedade socialista humanista, que desejamos construir pela via social-democrática.

A co-gestão que preconizamos deverá verificar-se a todos os níveis para que os trabalhadores tenham oportunidade de resolver os problemas que lhes digam respeito e à empresa. O controlo da gestão, nos termos em que aparece preconizado na Constituição e no projecto de decreto-lei, não anda muito longe da co-gestão, facilitando a preparação que os trabalhadores têm de adquirir para a futura gestão das empresas, na medida em que elas venham a ser por eles apropriadas.

Quanto às empresas nacionalizadas, situadas em sectores-chave da economia, entendemos que elas não poderão ser co-gestadas simplesmente pelo Estado e pelos

trabalhadores, mas de uma forma tripartida, onde estejam representados os utentes, clientes ou consumidores, uma vez que são empresas que vivem basicamente da comunidade, à qual têm de servir.

Defendemos a saída da Intersindical

(Continuação da página 2)

As comissões de trabalhadores deverão ser portadoras das soluções, em termos de co-gestão, dos problemas dos trabalhadores, não se confundindo com os delegados sindicais.

As comissões de trabalhadores deverão ser portadoras das soluções, em termos de co-gestão, dos problemas dos trabalhadores, não se confundindo com os delegados sindicais.

PACTO SOCIAL ENTRE O PODER E OS SINDICATOS

L. — Qual a contribuição específica dos sindicatos na construção da sociedade a que o P. P. D. se propõe? Qual o lugar dos trabalhadores e suas organizações nessa sociedade?

J. M. F. — Os sindicatos devem construir um modelo de sociedade que reflita autenticamente a sua posição no meio de uma sociedade, em termos políticos, económicos, sociais e culturais e por ela se devem bater, em unidade. Por seu turno, os partidos deverão conduzir o Estado no sentido de uma realização prática dessa sociedade. Ao contrário do que tem vindo a acontecer entre nós, os sindicatos devem fazer dos partidos o instrumento de realização do que pretendem — e é nessa perspectiva que nós, sindicalistas social-democratas, aceitamos estar no P. P. D. É isto o que, aliás, se verifica nos países social-democratas, onde existe o predomínio dos sindicatos sobre o partido, e não o contrário.

Neste contexto, defendemos a celebração de um pacto social entre os sindicatos e os partidos no Poder, a realizar de uma forma tácita ou por negociação. De qualquer modo, e na prática, os sindicatos terão sempre que participar directamente (através dos órgãos de colaboração

que forem instituídos) na planificação e na legislação e a todos os níveis — quer nacional, quer regional. Além disso, defendemos a participação dos sindicatos no controlo do poder económico ao nível das empresas e nos órgãos de poder local.

RECUPERAÇÃO DA CRISE ECONÓMICA

L. — Como vê o problema das reivindicações qualitativas e das formas de luta numa sociedade em transição como a actual?

J. M. F. — A recuperação da crise económica que o País atravessa não pode ser feita só à custa dos trabalhadores. Por outro lado, a utilização da greve — forma superior de luta — deve tomar em consideração a situação económica do País. Com efeito, o caos não aproveita aos trabalhadores, além de ser um comprometimento da independência nacional. É assim que a greve deve ser usada com o maior cuidado — mas é para utilizar quando for necessária. Não a recusamos «a priori», mas aceitamos a sua utilização parcimoniosa, nesta altura.

Há graves problemas ao nível dos trabalhadores. A sua solução deve passar por um atender das reivindicações, sobretudo das classes mais desfavorecidas — e que nas actuais circunstâncias são os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores do Norte, que não atingem sequer, na sua maioria, o nível do salário mínimo nacional. Mas não se pode distribuir mais do que se produz.

As social-democracias, como via para o socialismo humanista, tem sobretudo em atenção a democracia económica e social, o que se centra nos interesses da maioria dos trabalhadores. Neste sentido é que o P. P. D. (partido interclassista) tem como parte principal do seu programa de governo a solu-

ção dos problemas mais prementes dos trabalhadores.

L. — Qual foi o papel dos trabalhadores e nomeadamente das suas organizações sindicais ao longo destes últimos dois anos? Quais as conquistas a preservar a todo o custo?

J. M. F. — Existem evidentemente conquistas que não podem ser perdidas. Mas, a par delas, houve uma certa actividade incontrolada e sectarizada, que conduziu à divisão dos trabalhadores. Presentemente, a sua unidade corre grandes riscos, que resultam do assalto feito às cúpulas das organizações representativas dos trabalhadores, no interesse de alguns partidos políticos. Dessa acção resultou, em parte, a crise económica, de que os trabalhadores estão a sofrer as consequências, um certo desemprego e alguma desorganização das empresas. Ao fim e ao cabo, as conquistas materiais dos trabalhadores têm-se perdido na inflação, que não é apenas a importada, e contra a qual o único meio, é a recuperação económica. Entendemos, contudo, que esta recuperação não é a capitalista mas a recuperação das empresas em termos de eficiência, controladas totalmente pelo poder político e postas ao serviço da nossa comunidade.

A principal conquista dos trabalhadores, num sentido qualitativo geral, foi, porém, a democracia ou o caminho democrático a que se chegou e que tem que ser preservado a todo o custo. A liberdade sindical foi, por outro lado, a maior conquista específica dos trabalhadores, por ter tornado legal o legítimo direito dos trabalhadores a tomarem posição na sociedade a que pertencem, à participação na organização dessa mesma sociedade e à realização dos seus interesses.

L. — Como antevê as relações dos sindicatos com o Governo que sairá destas eleições?

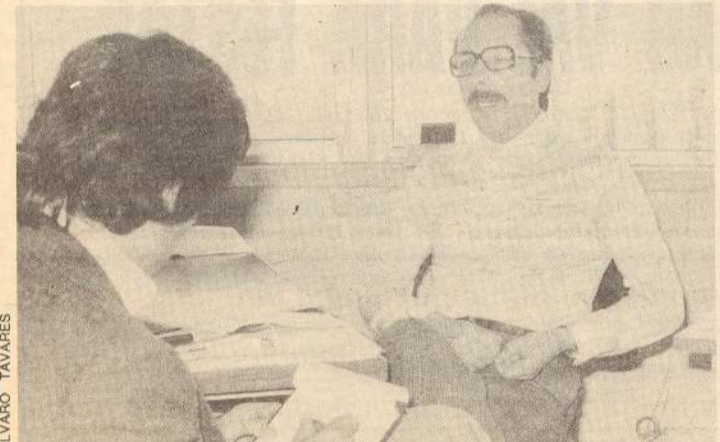
J. M. F. — Estou certo que os trabalhadores saberão utilizar o seu poder reivindicativo no melhor sentido, isto é, na solução dos problemas das classes mais desfavorecidas, tendo em atenção que a independência nacional passa pela recuperação económica do País.

Creio, portanto, que se caminhará progressivamente, para um período de reconciliação, em que os trabalhadores, através dos partidos, projectem o modelo de sociedade que desejam ver realizado, não devendo estes deixar de corresponder aos legítimos anseios das classes trabalhadoras como actuantes sobre o poder político insituado em termos democráticos.

A resolução dos problemas dos trabalhadores passa, como já disse, pela celebração de um pacto social em que as reivindicações cingir-se-ão a aqueles mais prementes anseios, à solução dos problemas das classes mais desfavorecidas, à recuperação da economia para todos os trabalhadores.

O nosso programa de governo prevê que, no período de vigência do pacto social, sejam indexados o salário mínimo, bem como as pensões e salários mais baixos, coordenando com uma política de contenção dos preços dos produtos essenciais.

No caso de o P. P. D. vir a vencer as eleições, aceitamos a coligação com todos os partidos democráticos. Não admitimos, sequer, a hipótese de um partido vir a obter a maioria para governar sozinho. Assim, o futuro governo terá de ser de salvação nacional, o que interessa igualmente aos trabalhadores e põe ainda com mais agudeza o problema do pacto social. Pensamos, finalmente, que a resolução dos problemas dos trabalhadores passa pela realização da Constituição, que, em termos práticos, está adequada a um governo social-democrata.



J. Mendes da Fonseca: «A Constituição, em termos práticos, está adequada a um governo social-democrata.»

de que ninguém verdadeiramente se previne.

Mas a colonização dos sindicatos tem a sua própria lógica em relação a alguns partidos. E, no caso do P. C. P., até é muito coerente, uma vez que essa organização mais não faz do que aplicar a teoria leninista dos sindicatos como correias de transmissão do partido.

É esta teoria e a experiência histórica que justificam a actuação do P. C. P.

O P. S. aparece agora, por sua vez, a seguir as pisadas do P. C. Não se trata propriamente de um assalto, mas de uma tomada, quanto mais não seja democrática, em termos isolados, do comando dos sindicatos. E com este comportamento, o P. S. perdeu uma oportunidade de conduzir à unidade dos trabalhadores, através de um esquema de alianças, que já havia esboçado, com sindicalistas independentes, dentro de uma plataforma que aceitasse todas as correntes ideológicas.

DIREITO DE TENDÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO

Porque aparecem, então, listas isoladas do P. P. D.? A impossibilidade de estabelecer aquela plataforma e a tentativa de isolamento de algumas forças, maioritárias neste momento, arredou alguns sindicalistas, desejosos de participação e que não aceitaram a marginalização. É assim que surgem listas sociais-democratas afectas a uma linha P. P. D. Lamentamos o facto, na medida em que sai fora da nossa perspectiva. Mas isto não quer dizer que queiramos controlar esses sindicatos — nós apenas damos um apoio ao nível do esclarecimento e não passamos disso.

Esta questão está relacionada, aliás, com a dificuldade de se ser social-democrata em Portugal. O P. C. P. já mais aceitou a social-democracia e, em dado momento,

CD25A

O 1.º de Maio no Porto

1º Jan
20/4/76

SERÁ UNITÁRIA A JORNADA DE FESTA E DE LUTA DOS TRABALHADORES

A necessidade dos sindicatos defenderem a unidade dos trabalhadores portugueses foi claramente entendida por 29 organizações sindicais, aderentes ou não à U.S.P./INTERSINDICAL, reunidas com vista à organização do 1.º de Maio.

A jornada de festa e de luta, que compreende uma manhã desportiva, seguida, durante o período da tarde, de manifestação e comício, concluindo com noite cultural e recreativa, conta com as seguintes palavras de ordem: defesa das nacionalizações; defesa da Reforma Agrária; defesa do Controlo Operário; defesa das Liberdades sindicais; contra o aumento do custo de vida; contra a recuperação capitalista; contra o terrorismo; por medidas imediatas contra o desemprego.

Para além do secretariado da União de Sindicatos do Porto, es-

tiveram presentes na referida reunião os seguintes Sindicatos:

— Metalúrgicos — Função Pública — Conserveiros — Lanifícios — Têxteis — Vidreiros — Carpinteiros — Comércio — Ajudantes de Despachantes — Panificação e Moagem — Mineiros de Valongo — Gráficos — Telecomunicações — Telefonistas — Escritórios — Cartongelros — Paramédicos — Profissionais de Farmácia — Marinha Mercante — Hoteleiros — Tapeteiros — Professores (observadores) — Serviço Doméstico — Pedreiros — Estudadores — Indústria de Madeiras — Ourives — Técnicos de Venda — Maquinistas e Motoristas Marítimos — Bancários — Engenheiros Técnicos — Ferroviários — Seguros — Electricistas — Cobreadores — Rodoviários — Espectáculos — Vestiário.

A A.O.C. DEFENDE UM SINDICALISMO DEMOCRÁTICO

1º Jan
20/4/76

—AFIRMOU-SE NO COMÍCIO DA PÓVOA DE VARZIM

«A A. O. C. realizou um comício na Póvoa de Varzim, com a participação dos candidatos Monteiro Valente, Januário Lopes, dirigente do Sindicato Operário das Indústrias Químicas do Norte e Otília Pereira. Cerca de 200 pessoas enchiam a sala» — informa a A. O. C., em comunicado.

«Para a resolução da crise que a pesca atravessa — afirmou Otília Pereira — a A. O. C. tem soluções muito concretas: A declaração das 200 milhas marítimas como mar territorial para defender os pesqueiros ao longo da costa portuguesa. Deste modo, os barcos estrangeiros, sobretudo os russos, não poderão pilhar o nosso peixe nem espiar as nossas costas; a denúncia do acordo com a Espanha e que só favorece a frota de pesca espanhola a construção de instalações frigoríficas nos portos de pesca e de uma rede de frio em todo o País que possibilite o aproveitamento de todo o pescado, a sua distribuição regular pelo território e a estabilização dos preços a um nível comportável; a substituição do sistema de lotas pela compra assegurada do pescado por uma empresa pública, com preços tabelados e compensadores à pro-

dução (pesca); tabelamento do preço de consumo e fixação das margens de comercialização; construção de portos e melhoria dos existentes; equipamento de descarga e transporte do pescado nos principais portos, que torne essas operações rápidas e de custo pouco elevado e outras.

Monteiro Valente, que fez uma pormenorizada exposição sobre «a vida de sofrimento do povo russo», afirmou: «No nosso País, a Intersindical, dominada pelos nazis cunhalistas, é um instrumento da política golpista do social-imperialismo russo. Está ainda por apurar o seu grau de comprometimento no golpe social-fascista de 25 de Novembro».

«Sem democracia interna, a Intersindical está muito longe de representar os trabalhadores portugueses. Impõe-se o seu desmantelamento e a realização de um Congresso democrático de todos os sindicatos para constituir uma Central Sindical Única e Democrática, não imposta por lei.

«A A. O. C. defende um sindicalismo democrático, em que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores vai a par de dos trabalhadores vai a par da defesa da independência e da democracia.

Intersindical revela

AS MAIORES SEMENTEIRAS DE SEMPRE NA ZONA DA REFORMA AGRÁRIA

«Apesar dos constantes ataques e sabotagens dos grandes agrários, os trabalhadores do Sul realizaram uma profunda Reforma Agrária, com notável acréscimo de produção, de gados e de culturas. Em 1975, esses heróicos trabalhadores, durante longos meses sem salários, asseguraram ao país as maiores colheitas de cereais dos últimos 10 anos e, para 1976 realizaram as maiores sementeiras de que há memória», afirma-se num documento divulgado pela Intersindical, durante a Jornada de Apoio à Reforma Agrária, que promoveu em Beja.

«Como motor essencial do arranque económico e do processo revolucionário, intimamente ligada ao desenvolvimento da indústria nacional, a Reforma Agrária tem sido o alvo preferido dos monopolistas e latifundiários, individualmente ou agrupados em organizações como a CAP e o ELP-MDLP», comenta aquela União de Sindicatos. Acrescenta que, desde o início da sua luta pela Reforma Agrária os trabalhadores do campo, assalariados agrícolas e camponeses pobres têm sido não apenas atacados à bomba, à cacetada e a tiro, como acusados de roubar terras, gados e máquinas, e apelidados de vândalos que não querem trabalhar. Os métodos utilizados são vários, embora todos tenham de comum a tentativa de divisão dos trabalhadores. A hábil manipulação da calúnia para lançar seareiros contra assalariados rurais e pôr em cheque as Herdades Colectivas de Produção, a «intoxicação política e reaccionária» e o «adiamento da aplicação e a adulteração de leis justas (trabalho rural, associações sindicais e de pequenos agricultores, previdência rural, associações sindicais e de pequenos agricultores, previdência rural, foros, baldios, créditos, impostos, saneamento dos circuitos comerciais, etc.) — «tudo serve à reacção com os seus grandes agrários expropriados, grandes negociantes, pides generosamente libertados e toda a espécie de marginais. O emprego está-lhes assegurado. A CIA paga bem, dá todas as facilidades a quem a serve».

SABOTAGEM

Algumas herdades foram completamente saqueadas de produtos, gados, máquinas e outros meios de produção, pelos latifundiários, desde fins de 1974. Mas mesmo actualmente, em herdades já há muito expropriadas e em Unidades Colectivas reconhecidas pelo Governo, aquelas acções repetem-se «a título de indemnização». Por outro lado, a enorme área de latifúndios ainda por expropriar — como as Herdades da Comporta, Rio Frio, Barrosinha e muitas outras — cria possibilidades de sabotagem e devastação, constituindo para os respectivos proprietários pretexto para receberem avultados créditos. Entretanto, os investimentos não se fazem, o desemprego nas herdades por expropriar aumenta e com ele as dívidas à Banca, às Caixas de Previdência, a pequenas e grandes empresas e aos próprios trabalhadores.

Diz, a propósito, a Intersindical: «E depois vêm certos senhores falar ao país sobre a ruína da Banca e das empresas, atribuindo a culpa às nacionalizações ou aos trabalhadores. A culpa não será antes de quem dá instruções para facilitar a movimentação das contas desses senhores, para consumir as reservas de ouro e que tanto se esforça em mendigar créditos ruinosos no estrangeiro, para de novo emprestar dinheiro a esses sabotadores? «Para ilustrar um tanto esses actos de pura rapina poderão tomar-se exemplos de dívidas de alguns agrários: somente

14 do distrito de Santarém têm dívidas que ascendem, no presente, a mais de 238 mil contos. Entre eles contam-se: herdeiros de Francisco Ribeiro, no Cartaxo, com mais de 80 mil contos, dos quais mais de 3600 a vários fornecedores e o resto a 8 bancos; herdeiros de José da Silva Lico, em Alpiarça, com um total de quase 30 mil contos, em diversos bancos, casas comerciais e 379 contos às Caixas de Previdência e 414 contos aos trabalhadores. São apenas dois exemplos em 14, mas há centenas deles neste país e bem mais graves».

DIFICULDADES DE CRÉDITO

Também a nível governamental surgem os obstáculos no que se refere ao crédito, impostos e comercialização. Assim, o Ministério das Finanças acaba de tomar decisões que originam o agravamento das taxas de juro e novas restrições ao crédito de emergência, mas favorecem os agrários.

«Simultaneamente, faz-se cair em cima dos trabalhadores toda uma avalanche de impostos. Pretende-se, inclusivamente, que as Herdades Colectivas paguem indemnizações a agrários absentistas e saqueadores carregados de dívidas ao Estado. Acresce que, quando os trabalhadores tentam comercializar directamente com os consumidores, para se defenderem dos grandes intermediários especuladores, surgem ameaças de tornar obrigatória a entrega dos produtos que, entretanto, ficam meses sem ser pagos e sem juros, ou são entregues directamente aos agrários», afirma a Intersindical.

O problema dos créditos tem ainda implicações mais vastas e que se ligam directamente com o incremento ou paralisação da indústria. De facto, o avanço da produção, no sector agrícola, em breve exigirá um aumento da mecanização (que deverá ter em conta o não agravamento do desemprego), a qual, por seu turno, conduzirá a um desenvolvimento da indústria e, conseqüentemente, à necessidade de transferir trabalhadores do sector agrícola para o industrial, libertando-os para, noutras condições, contribuirem para o fornecimento à agricultura de máquinas, pesticidas e demais factores de produção essenciais. Assim se compreende que «se já tivessem sido abertos créditos para compra de gados, máquinas e materiais de construção, não estariam paradas empresas metalomecânicas, de tijolos e telhas, de cimentos e fibro-cimentos, de vidros, de madeiras e de muitos outros ramos industriais, assim como empresas e serviços estatais de projectos e assistência técnica».

AUMENTO DA PRODUÇÃO

«Enfrentando tudo isto com muito trabalho, vigilância e privações», os trabalhadores avançaram para a Reforma Agrária sem esperarem pelo termo de processos burocráticos ou legalistas impostos pelas estruturas estatais, como em alguns países socialistas onde partiu do Governo a iniciativa da nacionalização das terras. Revolucionariamente, com a dura experiência de longos anos de luta, de fome e de opressão, os proletários rurais do Alentejo lançaram-se, organizadamente, na conquista dos direitos que nunca tiveram, na ocupação das terras que sempre trabalharam em troco de uma mísera açorda. Souberam libertar-se da escravidão feudal e, entre Fevereiro e Dezembro expulsaram, da terra alentejana e

ribatejana, centenas de latifundiários, enquanto mais de um milhão de hectares de terras passaram a ser propriedade nacional. Centenas de novas Unidades Colectivas de Produção, dirigidas por assalariados rurais e pequenos agricultores, ergueram-se sobre as propriedades devastadas e saqueadas.

Durante longos meses sem salários, trabalhando de dia e vigiando de noite contra as investidas dos agrários, num só ano, os trabalhadores asseguraram «a eliminação do desemprego e grandes acréscimos de produção na maior parte dos concelhos onde a Reforma Agrária mais avançou». Por outro lado, «o aumento da criação de gados foi de tal ordem que a fabricação de rações não consegue acompanhar esse ritmo produtivo agrário».

O próprio Instituto Nacional de Estatística confirma, através de números, aquilo que a reacção e a informação ao seu serviço tanto se esforçaram por esconder. Os aumentos de produção de 1974 para 1975 e em 1975 relativamente à média do decénio anterior, foram, respectivamente, de 28,5 e 17,6 por cento para o trigo; de 27,7 e 30,6 por cento para a aveia; e de 25,7 e 34,6 por cento para a cevada.

«Na época de sementeiras de 1975-76, já após haver mais de um milhão de hectares de terras incluídas nas Unidades Colectivas de Produção, registou-se um novo

impulso decidido nas áreas de sementeira», revela ainda, a Central Única dos Trabalhadores. Assim, em 1975 e relativamente ao último decénio, o acréscimo das áreas semeadas atingiu 17 por cento, 9,3 por cento e 25,1 por cento, no que respeita, respectivamente ao trigo, aveia e cevada.

Por outro lado, um primeiro balanço dos progressos realizados pelos trabalhadores nas dez primeiras Unidades Colectivas de Produção do concelho de Santiago do Cacém, distrito de Setúbal, revelou os seguintes números relativos ao período entre os últimos meses de 1975 e 1976: a área semeada, em hectares, passou de 1.140,5 para 3159; o total de cabeças de gado de 1577 para 6880; os tractores de 16 para 44; e o total de trabalhadores permanentes de 57 para 552. Ao mesmo tempo desapareceu o desemprego sazonal.

PROGRESSOS NO NORTE

Também no Norte os trabalhadores assalariados «dão passos importantes na criação e fortalecimento dos seus sindicatos» e na luta pelo cumprimento da regulamentação do trabalho rural. Simultaneamente, nasceram e desenvolvem-se,

progressivamente, os movimentos unitários dos pequenos agricultores nortenhos: o Movimento para a Extinção dos Foros, o Movimento dos Utentes dos Baldios, o Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte e o Movimento para uma Melhor Previdência Rural, a cuja combatividade se ficou devendo algumas das conquistas já alcançadas, a despeito de todos os entraves postos não só pelos caciques locais mas, ainda, por certas entidades governamentais. Também começaram a surgir iniciativas no sentido da criação de novas cooperativas para a comercialização e para a própria produção agrícola.

Nos Açores e na Madeira, assalariados agrícolas e camponeses «enfrentando uma opressão especialmente violenta dos exploradores, erguem-se com vigor contra a atroz exploração a que têm estado sujeitos», batendo-se, em especial, contra o arcaico regime de colónia, sublinha a Intersindical que acentua:

«Na unidade e solidariedade activa entre trabalhadores do campo e da cidade, entre operários e empregados das indústrias e do comércio de máquinas, de adubos, de rações, de transportes e serviços» a Reforma Agrária avança. Por ela os trabalhadores não receiam dar a própria vida, conscientes que só assim defendem a própria revolução».

REPRESENTANTES DE SINDICATOS FINLANDESES *D. Populares* EM COIMBRA *20/4/76*

COIMBRA — É esperada amanhã, nesta cidade, uma delegação da Confederação dos Sindicatos Finlandeses (S. A. K.), composta por quatro elementos, que aqui permanecerão até quinta-feira, como hóspedes da União dos Sindicatos de Coimbra.

Os sindicalistas finlandeses terão reuniões de trabalho com o Secretariado da União dos Sindicatos, visitando ainda a fábrica Mondorel, onde se avistarão com a comissão de trabalhadores.

A UNIÃO DOS SINDICATOS DE COIMBRA REPRESENTADA NA MONGÓLIA

Em representação da União dos Sindicatos de Coimbra, vai partir para a República Popular da Mongólia o director do Sindicato dos Cerâmicos, Mário Colaço, onde assistirá às grandes comemorações do 1.º de Maio naquele país.

O dirigente sindical coimbricense desloca-se a convite da Confederação dos Sindicatos daquela República.

VISITA DE SINDICALISTAS FINLANDESES *Not*

22/4/76
A convite da União dos Sindicatos de Coimbra (Intersindical), desloca-se hoje a esta cidade a delegação da «SAK» (Confederação dos Sindicatos Finlandeses).

Da parte da manhã os sindicalistas finlandeses reunirão com o Secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra e visitarão a «Medirâmica», a fim de contactarem com trabalhadores em luta por melhores condições. À tarde, deslocam-se à «Mondorel» e ao «Portugal dos Pequeninos».

A visita desta delegação da «SAK» (que integra 24 federações, com cerca de 500 mil associados), será filmada por uma equipa da televisão finlandesa.

21/4/76



Trabalhadores do Comércio do Porto decidiram votar a favor da manutenção do seu Sindicato na Intersindical, numa assembleia geral de que se vê um aspecto da assistência (em baixo) e as mesas da Assembleia Geral (à esquerda) e da Direcção (à direita) em cima

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio mantém-se na Inter

Os trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto, em assembleia geral extraordinária, realizada ontem, à noite, no Pavilhão do Académico, decidiram que o seu Sindicato se mantivesse como membro da Central Sindical legalmente reconhecida (Intersindical).

A votação foi de 262 a favor, 205 contra e 6 votos nulos.

A assembleia, que decorreu num ambiente de grande expectativa, mas com o maior civismo, foi presidida pelo sr. António José Monteiro da Silva, secretariado pelos srs. António Antunes Machado e Orlando Cardoso.

Lida e aprovada a acta da assembleia anterior, o presidente da Direcção do Sindicato, sr. António Jorge, depois de várias considerações sobre o significado daquela assembleia, disse que os membros directivos tinham as suas opiniões acerca do problema que ali iria ser debatido, mas que se abstinham de intervir, dado que isso poderia ser considerado como uma pretensão de influenciar a assembleia.

Por fim, fez um apelo à unidade de toda a classe, fosse qual fosse o resultado da votação.

Falaram, a seguir, os associados José António Magalhães Pinto e José Albino Baptista de Jesus, que defenderam

e atacaram, respectivamente, a manutenção do Sindicato na Inter.

Dentro, ainda, do teor da convocação (da manutenção ou saída do Sindicato como membro da Central Sindical) o sr. Manuel Costa Morgado apresentou uma moção no sentido de se passar imediatamente à segunda parte da ordem dos trabalhos (votação e apuramento), tendo aquele documento sido admitido à dis-

cussão e, depois, aprovado por maioria.

Passou-se, então, à votação, que deu os resultados já enunciados.

No final, os presentes saudaram com uma prolongada ovação os resultados apurados e gritaram em uníssono «Unidade, unidade, unidade», correspondendo ao apelo que lhes fora lançado, de novo, pela Direcção, antes de iniciada a contagem dos votos. — J. M.